

Congresso instala os trabalhos da convocação

Reforma do Judiciário, Lei de Falências e alterações nos Códigos Tributário, Civil e Penal estão entre os temas a serem examinados pelo Senado no período que se estende até 13 de fevereiro



Célio Azevedo

AGENDA O senador Romeu Tuma lê a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinando a instalação da sessão legislativa extraordinária

O Congresso Nacional iniciou ontem as atividades da convocação extraordinária, determinada pelo Poder Executivo. O deputado Inocêncio Oliveira presidiu a sessão solene, uma vez que o

presidente do Senado, José Sarney, encontrava-se impedido de comandar os trabalhos em virtude do falecimento de sua mãe, dona Kyola. As propostas que serão examinadas pelo Senado foram decididas

em conjunto entre os parlamentares e o presidente Lula. Na Câmara dos Deputados, a principal matéria é a chamada PEC paralela, que introduz alterações na reforma da Previdência.

Página 3

Maciel destaca contribuição de Norberto Bobbio

Senador lembra que filósofo falecido no dia 9 anteviu o avanço de uma “nova geração de direitos” diante do progresso técnico incontrolável.

Página 6



Roosevelt Pinheiro

Tião Viana e Suplicy se solidarizam com Greenhalgh. Almeida Lima critica Dirceu

Os senadores Tião Viana e Eduardo Suplicy solidarizaram-se com o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Eles apoiaram o ato de desagravo realizado pelo partido na seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em resposta à acusação de que

Greenhalgh teria ajudado a submeter a maus-tratos um dos indiciados pelo assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel. O senador Almeida Lima defendeu o Ministério Público de críticas feitas pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, relativas ao episódio.

Página 7



Roosevelt Pinheiro

AVANÇO Jucá considera que legislação poderá garantir desenvolvimento da atividade

Jucá defende aprovação de lei sobre factoring

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a aprovação de lei que defina o fomento mercantil, conhecido como *factoring*. Segundo ele, existe “uma verdadeira confusão” nas várias normas que regulamentam a atividade, o que atrapalha “o pleno desenvolvimento do setor”, que, observou, movimentava bilhões de reais todos os anos.

Romero Jucá informou que já existe um projeto de lei (PL 230/95), do ex-senador José Fogaça, que trata do assunto e em tramitação no Senado. A proposta, explicou, define de modo preciso a atividade, determinando, inclusive, que as sociedades de fomento mercantil não poderão exercer funções privativas das instituições financeiras.

– O projeto deve ser aprovado o mais rápido possível a fim de que o setor tenha uma legislação jurídica clara – disse Jucá. Para ele, o *factoring* cumpre relevante função econômica já que, ressaltou, fornece crédito rápido e sem qualquer burocracia para as micro e pequenas empresas.

Papaléo destaca ações da Anvisa contra tabagismo

Mas é necessário, alertou, aumentar o combate ao hábito de fumar em locais públicos

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) elogiou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) devido às ações de combate ao tabagismo, como incluir imagens mais impactantes do que as atuais nos maços de cigarro. Para o senador, o hábito de fumar deve ser tratado como questão de saúde pública e o cigarro, “um inimigo público tão detestável quanto o mosquito da dengue”.



Genildo Magela

PERIGO Segundo Papaléo, o vício do fumo deve ser tratado como questão de saúde pública

Outras medidas acertadas, disse, foram a fiscalização da propaganda do produto e a

proibição da divulgação, nas embalagens, dos teores de nicotina e alcatrão. Conforme o senador, “os produtos com baixos teores são enganosos”, pois o fumante que é dependente dessas substâncias acaba consumindo mais cigarros.

Papaléo disse que é necessário também aumentar o cerceamento do hábito de fumar em locais públicos. Ele citou o Senado, que, na sua opinião, precisa de mais avisos alertando sobre a proibição.

– É preciso constranger o fumante a somente dar vezo a seu mau costume em ambiente privado, ao ar livre ou em espaços especialmente reservados para isso, os fumódromos.

Eduardo elogia PF no caso do piloto dos EUA

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) elogiou a postura das autoridades brasileiras no episódio provocado pelo piloto Dale Robbin Hersh, da empresa aérea American Airlines, que na semana passada fez um gesto obsceno a policiais ao ser submetido a identificação no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Embora tenha considerado acertada a decisão da Polícia Federal (PF) de dar ordem de prisão ao piloto e cobrar fiança de R\$ 36 mil, o parlamentar pelo Tocantins pediu “bom senso e moderação” no fichamento dos turistas norte-americanos que chegam ao país.

– A conduta da Polícia Federal nesse episódio me fez sentir orgulho de ser brasileiro – afirmou. Ao mesmo tempo em que torce para que o caso sirva de exemplo para outros cidadãos norte-americanos a serem identificados na chegada ao Brasil, Eduardo apelou ao governo brasileiro no sentido de que seja adotada uma política de registro que não afugente os visitantes ou traga prejuízos ao turismo. E pleiteou o aperfeiçoamento dos passaportes emitidos pela Polícia Federal, hoje bastante vulneráveis a falsificações. Os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também interpretaram o episódio como demonstração de soberania do governo brasileiro. “Trata-se de um gesto de autonomia”, comentou Sibá, observando que, como o país não tem história de atentados terroristas, os Estados Unidos não precisariam temer por sua segurança e, assim, poderiam dispensar a exigência de identificação dos brasileiros que chegam ao país. Eduardo Azeredo pediu cautela e bom senso no processo de registro dos norte-americanos que ingressam no Brasil. “É preciso que tenhamos nossa autonomia preservada, mas as providências de identificação não podem ser feitas de maneira improvisada nem por pirraça”, advertiu.

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu um maior cuidado do país na emissão dos passaportes para combater a falsificação.

Agenda

Sessão de hoje, às 14h30, é não deliberativa

A sessão de hoje, com início às 14h30, é não deliberativa, ou seja, não terá votação de matérias. Haverá pronunciamentos dos parlamentares. O trabalho dos senadores é transmitido ao vivo pela Rádio e TV Senado, e também pode ser acompanhado pela Internet, em www.senado.gov.br.



CAE define calendário de audiências

A Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se às 10h para discutir o calendário das audiências públicas, a serem realizadas no período de convocação

extraordinária, para discutir o projeto (PLC 71/03) que regula a falência de pessoas físicas e jurídicas, conhecido como Lei de Falências.

Legislação tributária na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve reunir-se amanhã para discutir projetos que tratam da reforma tributária, aprovada pela Casa no ano passado. O colegiado deve também iniciar a discussão da reforma do Judiciário, um dos itens da convocação.

Questão indígena em debate

No programa *Cidadania* de hoje, exibido pela TV Senado às 19h, o presidente da Funai, Mércio Gomes, discute a questão indígena. Às 20h30, o coordenador-geral do Programa Nacional de Controle da Dengue, Giovanni Coelho, fala sobre a prevenção e o combate à doença.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Congresso inicia trabalhos da convocação



AGENDA Senadores e deputados vão examinar pauta definida em conjunto com o Executivo

Serys vai devolver o dinheiro do período extraordinário

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou que vai devolver o pagamento referente aos trabalhos legislativos extraordinários iniciados ontem. Ela admitiu a necessidade da convocação extraordinária do Congresso Nacional, mas afirmou que o pagamento extra é uma questão do foro íntimo de cada parlamentar.

– Como fiz em julho passado, vou devolver as parcelas suplementares, porque acredito ter sido feita para trabalhar o ano inteiro pela remuneração normal de um senador – declarou.

Segundo Serys, há matérias urgentes para votação, que não poderiam esperar até o início do novo ano legislativo, no dia 15 de fevereiro. Entre elas, a senadora citou a PEC 77, com os avanços aprovados pelo Senado na reforma previdenciária, que a seu ver precisam ser aprovados sem demora pela Câmara dos Deputados, bem como a reforma do Judiciário, na pauta do Senado.



Serys reconhece urgência para exame de projetos

Serys ressaltou ainda que o ano de 2004 foi consagrado em lei como o Ano Nacional da Mulher, afirmando que todos devem aproveitar para desenvolver as melhores políticas para o sexo feminino e incentivar a apresentação de candidatas às prefeituras e câmaras municipais, colocando o tema da participação política definitivamente entre as prioridades das mulheres.

De acordo com a senadora, a partir de fevereiro haverá ações dentro do Legislativo para debater temas de interesse da mulher.

Serys homenageou dona Kyola Ferreira de Araújo Costa, mãe do senador José Sarney, que faleceu na sexta-feira passada, aos 94 anos.

Antonio Carlos defende ampliação da pauta de votações

Após lamentar a realização de sessões não deliberativas esta semana, quando se inicia a convocação extraordinária do Congresso Nacional, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou a ampliação da pauta de votações do período. “Isso é um absurdo [as sessões não deliberativas] e vai dar coro a quem ataca injustamente a convocação”, protestou.

Até como forma de prestar contas ao eleitorado, o parlamentar pefelista sugeriu um controle sobre a presença dos senadores na Casa. Em seguida, propôs às lideranças partidárias negociar junto aos presidentes do Senado e da Câmara a inserção de matérias de consenso, além das recomendadas pelo Poder Executivo.

O presidente em exercício do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), considerou “construtiva e importante” a sugestão do senador baiano. Entretanto, esclareceu que as sessões plenárias desta semana serão não deliberativas porque as matérias constantes da pauta dependem de parecer das comissões.

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), concordou com a proposta de Antonio Carlos. O líder do PFL, José Agripino (RN), reconheceu que o governo honrou o compromisso de promover a convocação para que seja examinada a PEC paralela da Previdência. Ramez Tebet (PMDB-MS) também endossou a proposta de ampliação da pauta da convocação.

A realização de sessões não deliberativas preocupa Ideli Salvatti (PT-SC) pelo risco de atrasar a aprovação de projetos importantes.



ACM propõe negociações para inclusão de propostas

Reforma do Judiciário e Lei de Falências estão entre as propostas que serão examinadas pelo Senado

Iniciou-se ontem a convocação extraordinária do Congresso Nacional, que se estenderá até o dia 13 de fevereiro. A convocação foi instalada em sessão solene do Congresso, presidida pelo 1º vice-presidente da Câmara, o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), uma vez que o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), encontra-se impedido de comandar os trabalhos em virtude do falecimento de sua mãe, Kyola Ferreira de Araújo Costa, na sexta-feira passada.

O 1º secretário do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), leu a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinando a instalação da Terceira Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura. Desde ontem, tanto Senado

quanto Câmara realizam sessões plenárias em seus horários regimentais.

Os temas a serem examinados pelo Senado durante a convocação foram decididos em conjunto entre os parlamentares e o presidente Lula. Entre os pontos de maior destaque estão a reforma do Judiciário, que tramita no Congresso há mais de dez anos, a nova Lei de Falências e alterações nos Códigos Tributário, Civil e Penal. A reforma do Judiciário começará a ser examinada nesta semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na Câmara dos Deputados, a principal matéria a ser examinada é a chamada proposta de emenda constitucional (PEC) paralela, que introduz alterações na reforma da Previdência, sancionada no mês passado pelo presidente da República. A PEC paralela foi aprovada no Senado em dezembro. Também está na Câmara dos Deputados a reforma tributária, cujo texto foi modificado e aprovado pelo Senado.

Atividades da semana se concentram nas comissões

Nesta primeira semana da convocação extraordinária, o trabalho dos senadores deverá concentrar-se nas comissões permanentes, onde as propostas incluídas pelo presidente da República na pauta da convocação aguardam pareceres. Só depois de votadas nas comissões, as matérias irão à deliberação do Plenário.

A Comissão Mista de Orçamento deve se manifestar, com base em relatório do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), sobre o projeto que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007.

A proposta de reforma do Judiciário depende de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que também deve examinar projeto que altera o Código Tributário Nacional.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá se manifestar sobre o projeto de utilização e proteção da Mata Atlântica, depois de a CCJ analisar a matéria.

Também será ultimada na CAS a tramitação do projeto de lei que concede às parturientes o direito à presença de um

acompanhante no parto e no pós-parto no Sistema Único de Saúde (SUS).

Caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisar no período extraordinário o projeto de nova Lei de Falências e ainda pedidos para operações de crédito pelos entes federativos.

Durante a convocação, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá analisar matérias referentes a atos internacionais, enquanto a Comissão de Educação (CE) vai decidir sobre projetos de decreto legislativo referentes a concessões de radiodifusão.

Autoridades indicadas pelo presidente da República para cargos de ministros de tribunais, diretores de agências reguladoras e embaixadores podem ser sabatinadas pelas comissões neste período.

Serão discutidas ainda medidas provisórias (MPs), como a que regulamenta o setor de energia e a que dispõe sobre a Letra de Crédito Imobiliário e a Cédula de Crédito Imobiliário. Mas antes de chegarem ao Senado, essas MPs têm que ser votadas pelos deputados.

Osmar questiona criação de Embrapa industrial

■ Para o parlamentar, é necessário o governo cumprir, antes, seus compromissos com a estrutura existente

Com base em informação do jornal *O Estado de S. Paulo*, de que o Poder Executivo planeja criar um organismo nos moldes da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para desenvolver a indústria, o senador Osmar Dias (PDT-PR) recomendou, em discurso, precaução ao governo federal.

– Eu acho que é preciso um pouco mais de cautela e um pouco mais de realismo nessa decisão. Enquanto o governo não tiver condições de cumprir suas responsabilidades e seus compromissos com as estruturas já existentes, não pode sair por aí criando novas estruturas, porque elas serão mais estruturas inertes, incapazes, ineficientes, que vão custar mais dinheiro aos cofres públicos.

Osmar afirmou que, se o Executivo não tem dinheiro para sustentar universidades que estão falidas, hospitais e proje-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

CARÊNCIA Osmar Dias adverte que não há dinheiro para universidades e hospitais

tos que são referência internacional, como o Hospital das Clínicas de Curitiba, não há justificativa para projetar a criação de que a imprensa está chamando de Embrapa industrial. Em sua opinião, esse é “um ufanismo inútil”.

– Logo a Embrapa, que todos os anos vem aqui reclamar que não tem recursos para desenvolver nem sequer experimentos de campo? O que os pesquisadores da Embrapa fazem

hoje é um ato de heroísmo, traduzido na qualidade que mantêm e contando com os melhores técnicos do mundo, conforme comprovam os resultados da safra que aí está.

De acordo com o senador, para realizar pesquisas, a Embrapa se debate com uma burocracia emperrada, uma legislação difícil e até com a falta de legislação, como ocorre com a biotecnologia. “Essas dificuldades enormes, que envolvem o setor científico do nosso país, não combinam com esse entusiasmo de criar-se um novo órgão”, alertou. Da mesma forma, ele lembrou que, por falta de recursos públicos, universidades federais e estaduais estão também em situação de penúria.

– Se as universidades brasileiras estão capengando e não conseguem nem sequer colocar em prática os seus planos pedagógicos, em função da falta absoluta de recursos, será que nós vamos avançar criando um novo órgão? De onde sairão os recursos para que esse novo órgão não seja apenas mais uma estrutura sem combustível para funcionar? – indagou o parlamentar.

Sibá destaca empenho do Executivo com o desenvolvimento da pesquisa

O senador Sibá Machado (PT-AC) elogiou a iniciativa do governo Luiz Inácio Lula da Silva de se empenhar no desenvolvimento da pesquisa tecnológica. Ele registrou que o presidente da República lançou na última sexta-feira, em Piracicaba, o Pólo Tecnológico de Biocombustíveis e o Pólo Tecnológico de Biodiesel. De acordo com o senador, a meta anunciada pelo governo é que, a partir de 2005, o Brasil poderá ter 2% do óleo diesel substituídos por biodiesel.

A iniciativa vai permitir uma produção de quase 2 milhões de toneladas de grãos oleaginosos, promovendo o fortalecimento da geração de emprego no campo e dando uma resposta imediata para a situação do Nordeste, disse o senador.

Segundo Sibá Machado, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, afirmou em

palestra para representantes da Alemanha que, mesmo em uma situação hipotética ruim, o litro de biodiesel do Nordeste chegaria mais barato na Alemanha do que qualquer combustível importado por aquele país.

Biodiesel

O senador, que manifestou entusiasmo com essas informações, salientou ainda que o presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, abriu a possibilidade de a Petrobras criar uma planta-piloto no Rio Grande do Norte, para a produção de biodiesel a partir da mamona.

Sibá Machado também se disse entusiasmado com a previsão feita por Lula de que em três ou quatro anos o Brasil poderá exportar esse combustível. O parlamentar pelo Acre elogiou ainda a criação da Câmara Setorial Especial de Biocombustíveis e defendeu um



INICIATIVA Sibá Machado destacou lançamento do Pólo de Biocombustível

casamento entre a agricultura e o extrativismo vegetal, para aproveitar a potencialidade de todos os vários tipos de oleaginosos que o Brasil possui.



ALERTA Heráclito Fortes teme repetição de excessos em manifestações no Plenário

Heráclito critica retirada de vidro nas galerias da Câmara

A retirada dos vidros que protegiam os deputados das ações de manifestantes nas galerias da Câmara foi criticada, ontem, pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI). A seu ver, a decisão significou uma imprudência do presidente daquela Casa, deputado João Paulo Cunha.

Suassuna tem esperança no crescimento do país este ano

Ao comentar em discurso as políticas adotadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou esperança de que o país registre crescimento econômico em 2004. “Lula está buscando espaços”, afirmou.

Suassuna analisou uma série de eventos que considera positivos e que permitem vislumbrar um ano próspero. Ele comparou a situação do Brasil com a da Argentina, onde houve crescimento de até 7% em alguns setores.

– Por que não conseguimos dar a arrancada? O que está faltando para construir os 6 milhões de casas? Falta pedra? Falta cimento? Falta madeira? Rezo para que 2004 seja o início dessa arrancada.

O senador lembrou a viagem do presidente da República ao Oriente Médio e a valorização dos títulos brasileiros no exterior. Ele lamentou que uma empresa do porte da McDonald's tenha fechado cinco

O senador lembrou que, durante votações e discussões de matérias importantes, “as galerias ensandecidas e enlouquecidas atiravam ao Plenário cédulas e até objetos cortantes, como ocorreu certa feita”, quando foi atingida a cadeira de um parlamentar paraplégico.

Para Heráclito, os vidros fizeram com que as votações transcorressem com mais tranquilidade, permitindo participação popular nas galerias sem que houvesse interferência direta no que ocorria em Plenário.

– Não há nenhum sinal de reencontro com a democracia a retirada daqueles vidros de proteção, pelo contrário – afirmou, lembrando que a sua instalação foi precedida por um acordo de lideranças e a aquiescência do arquiteto Oscar Niemeyer.

Heráclito ressaltou não existir em nenhum Parlamento do mundo “a possibilidade de se confundir democracia com bagunça”.

– Não quero ser agourento nem fazer previsões sombrias, mas, para quem gosta da segunda (a bagunça), o cenário que se reconstrói é perfeito.



CAMINHO Ney Suassuna citou eventos que considera positivos para a economia brasileira

pontos na cidade do Rio de Janeiro. “Principalmente quando sabemos que essa empresa sempre luta para evitar o fechamento de seus franqueados e para manter a imagem de prosperidade”, acrescentou.

Ministérios

Suassuna afirmou que o PMDB não está preocupado com ministérios, mas sim com a governabilidade e o sucesso do país. Para ele, a reforma do Judiciário é um dos principais itens da pauta da convocação.

Pesar

Em nome do seu partido, Suassuna encaminhou voto de pesar à família Sarney pela morte de dona Kyola.

Senadores prestam homenagem a d. Kyola

■ Mãe de José Sarney é lembrada como uma das figuras mais importantes do Maranhão

O Plenário aprovou, ontem, requerimento apresentado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), que solicitou a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de dona Kyola Ferreira de Araújo Costa, mãe do presidente do Senado, José Sarney. Dona Kyola faleceu na última sexta-feira, aos 94 anos, de falência múltipla dos órgãos.

Lobão disse que dona Kyola foi uma das figuras mais extraordinárias do Maranhão contemporâneo, sem nunca ter exercido qualquer função pública. Ele afirmou que tinha dona Kyola como uma amiga que o aconselhava nos momentos difíceis, acrescentando que ela possuía aguda capacidade de análise e que de seu espírito crítico encontram-se marcas evidentes nos políticos de sua descendência: o filho, José Sarney, e os netos, senadora Roseana Sarney (PFL-MA) e deputado Sarney Filho (PV-MA).

De acordo com Lobão, Sar-



Roseaneil Finheiro



Dinilgago

EXEMPLO Lobão ressalta a importância de dona Kyola na construção da carreira de escritor e político de José Sarney

ney nunca escondeu de seu círculo mais íntimo de amigos a importância que dona Kyola teve na construção de sua carreira de escritor e de político.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), ao homenagear dona Kyola, salientou que o convívio da família Sarney "é um exemplo para o Brasil". De acordo com Tuma, ela acompanhava atentamente a vida política de seu filho, José Sarney, a ponto de ligar para pedir explicações sobre assuntos abordados em Plenário que ela não havia entendido.

Para o senador Romeu Tuma, "a unidade familiar dos Sarney é um exemplo que o brasileiro

deve seguir".

Estímulo

O senador Marco Maciel (PFL-PE) também avaliou o importante papel da matriarca da família Sarney na vida do filho, José Sarney, e de seus descendentes, como Roseana e Sarney Filho.

Maciel disse que, quando foi ministro da Educação do governo Sarney, testemunhou diversos momentos em que o ex-presidente da República interrompeu despachos para atender telefonemas de sua mãe, sempre preocupada em dar uma palavra de estímulo nos momentos de adversidade ou elogiar algo a festejar no gover-

no. "O presidente Sarney tinha adoração pela mãe, presença obrigatória em sua vida", afirmou.

Ele lembrou a origem da matriarca da família Sarney, pernambucana do município de Correntes, destacando a sua devoção à fé católica.

– "Dona Kyola era uma católica fervorosa, temente a Deus, e educou sua família na crença do Deus único" – lembrou. Pelo exemplo de convicção religiosa que deu em vida, a mãe do presidente do Senado deverá merecer, na opinião do parlamentar, "a coroa dos justos, pois a cidadania terrestre se completa com a cidadania celeste".

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) citou o escritor Carlos Heitor Cony ao homenagear dona Kyola.

Após ler o artigo "Dona Kyola", publicado na edição de ontem do jornal *Folha de S. Paulo*, em que o autor exalta a figura da mãe como o único valor absoluto do ser humano e assinala o mistério da relação mãe/filho, Luiz Otávio ressaltou o gesto de solidariedade, respeito e amor pelo próximo presente no texto e no exemplo de vida deixado pela matriarca da família Sarney.

Heráclito Fortes (PFL-PI) re-

gistrou voto de pesar pela morte de dona Kyola, extensivo aos netos, Sarney Filho, Roseana e Fernando Sarney. Heráclito observou que a voz embargada de Edison Lobão (PFL-MA), que falou antes, "é a voz de quem, como maranhense, sabe o que seu estado perdeu: a referência política que é dona Kyola para o Maranhão".

O senador ainda enfatizou a importância que dona Kyola exerceu sobre o filho, salientando que uma das maiores virtudes de José Sarney é justamente "a de ser um grande filho".

Sabedoria

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também levou sua palavra de solidariedade a José Sarney. Azeredo disse que o país se acostumou a ver dona Kyola sempre trazendo uma palavra de tolerância e de sabedoria aos momentos, bons e ruins, do filho, durante o período em que ocupou a Presidência da República. O parlamentar lembrou a aprovação pelo Senado, no final do ano passado, do Estatuto do Idoso. Ele desejou que a morte de dona Kyola "mantenha viva essa chama de respeito aos mais velhos, a todos os idosos do Brasil, que já deram sua parcela de trabalho para a construção de nossa sociedade".

"Exemplo de dignidade, vida cristã, amor ao próximo e ao Brasil"

Ao falar em nome da banca do PT no Senado, o líder do partido, Tião Viana (AC) disse que dona Kyola foi "uma pessoa que fez a travessia no tempo, viveu muito bem seus 94 anos". Foi, também, segundo Viana, "mãe exemplar, solidária, uma cidadã brasileira completa que merece a mais justa homenagem de todos nós".

– Tenho a certeza de que o presidente José Sarney e seus familiares levam saudades vivas e alegres de dona Kyola.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou suas condolências ao presidente do Senado e família. Segundo Suplicy, "felizes são as pessoas que podem contar com a presença de suas respectivas mães durante longos anos". Ele lembrou que sua mãe, dona Filomena, de 95 anos de idade, continua presente em sua vida, proporcionando-lhe muitas alegrias.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou o exemplo

de amor à família que dona Kyola representava para seus filhos, netos e bisnetos. Ele louvou as realizações de Sarney como presidente da República, deputado, senador e presidente do Senado.

– Ele foi forte e bravo, consolidou a democracia no Brasil, sempre fiel aos ensinamentos de sua mãe – frisou.

De acordo com o senador, dona Kyola soube construir uma família exemplar, dando lições de amor e respeito. Ela participou ativamente da vida de seus familiares, marcando suas existências com um exemplo de dignidade, vida cristã e amor ao próximo e ao Brasil.

Ao apresentar suas condolências à família de José Sarney, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que também estará rezando junto com a família.

Em homenagem à memória de dona Kyola, João Ribeiro (PFL-TO) disse que, com simplicidade, ela trouxe ao mundo

um dos homens públicos mais importantes na história contemporânea do país. Para o senador, não só a família Sarney, mas todo o Maranhão está sentindo a perda de dona Kyola.

No exercício da Presidência do Senado, o 2º vice-presidente da Casa, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), encerrou a sessão de homenagens à memória de dona Kyola, lembrando as diversas ocasiões em que testemunhou demonstrações de afeto entre o filho "amoroso e apaixonado" e sua mãe.

– Desta Presidência, transmito ao senador Sarney o sentimento pela perda de uma pessoa emblemática, exemplo de respeito e admiração pela família – registrou. Eduardo informou que o presidente do Senado retoma a condução dos trabalhos legislativos nesta quinta-feira, após a missa de sétimo dia da morte de sua mãe.

O líder do PFL, senador José

Agripino (RN), apresentou apoio ao requerimento de pesar.

– Dona Kyola era uma conselheira equilibrada e madura, que ajudou muito José Sarney a ser o que conseguiu ser na vida, como presidente da República e membro da Academia Brasileira de Letras – assinalou Agripino.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lembrou que, há pouco mais de dois meses, conversava com ela ao telefone, quando dona Kyola demonstrou por ele seu carinho pela amizade que o unia ao presidente José Sarney há mais de 40 anos.

"Bússola"

Antonio Carlos afirmou que, durante o funeral em São Luís, viu o povo da cidade "triste pelo desaparecimento dessa matriarca, mas sobretudo dando solidariedade àquele filho amantíssimo que é o presidente Sarney".

Para ele, dona Kyola, apesar

da idade, era para Sarney como uma bússola que conduzia seu comportamento. Acrescentou que, até agora, dona Kyola era conselheira diária de Sarney.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) transmitiu condolências à família, ressaltando a importância de dona Kyola na trajetória do presidente do Senado.

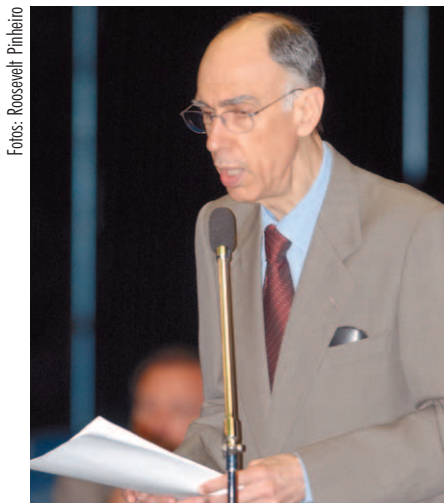
Na abertura dos trabalhos da convocação extraordinária, o 1º vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), expressou o seu pesar pela perda de dona Kyola, manifestando admiração por essa "pessoa tão emblemática, que sempre teve respeito de todos pela família que soube construir". Inocêncio destacou que a família de dona Kyola presta "relevantes serviços ao país". De acordo com ele, Sarney estará de volta ao comando dos trabalhos do Senado a partir da próxima quinta-feira.

Maciel homenageia Bobbio e prevê nova geração de direitos

“O modelo ideal do encontro entre direito e poder é o Estado democrático de direito”

O senador Marco Maciel (PFL-PE) prestou ontem homenagem ao professor universitário, filósofo, jurista e senador vitalício italiano Norberto Bobbio, falecido no último dia 9. Maciel lembrou a bibliografia deixada por Bobbio, com mais de 200 publicações, destacando o *Dicionário da Política* e *O Tempo da Memória*, em que trata da velhice e defende o Estado democrático de direito.

– Direitos do homem, democracia e paz são, portanto, três momentos necessários do mesmo processo histórico: sem direitos do homem reconhecidos e garantidos não há democracia; sem democracia não há



Fotos: Roosevelt Pinheiro

CONVICÇÃO Marco Maciel defende cidadania, democracia e paz

condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos sociais.

Ainda citando Bobbio, Maciel destacou a posição do escritor sobre direito e poder. Para ele, eram faces da mesma moeda e uma sociedade organizada precisa das duas. “Nos lugares

onde o direito é impotente, a sociedade corre o risco de precipitar-se na anarquia; onde o poder não é controlado, corre o risco oposto, do despotismo. O modelo ideal do encontro entre direito e poder é o Estado democrático de direito, isto é, o Estado no qual, por meio de leis fundamentais, não há poder, do mais alto ao mais baixo, que não esteja submetido a normas, não seja regulado pelo direito, e no qual, ao mesmo tempo, a legitimidade do sistema de normas como um todo derive em última instância do consenso ativo dos cidadãos”, acrescentou.

Maciel também assinalou a antevisão de Bobbio, que previu o avanço para uma “nova geração de direitos”. Para Bobbio, esse avanço aconteceria diante das ameaças à vida, à liberdade e à segurança pro-

venientes do crescimento “cada vez mais rápido, irreversível e incontrollável” do progresso técnico. O escritor referia-se ao direito à integridade do próprio patrimônio genético, que, segundo ele, vai muito além do tradicional direito à integridade física.

– Sou um democrata convicto, a ponto de continuar a defender a democracia mesmo quando é ineficiente, corrupta, e corre o risco de precipitar-se nos dois extremos da guerra de todos contra todos, ou da ordem imposta de cima para baixo. A democracia é o lugar onde os extremistas não prevalecem (e se prevalecem, a democracia acaba). Essa também é a razão pela qual as alas extremas, em alinhamento político pluralista, de esquerda ou direita, unem-se por meio do ódio à democracia, ainda que por razões opostas – completou o senador.

ACM elogia erudição de Maciel

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também homenageou o filósofo italiano Norberto Bobbio, objeto de requerimento de pesar apresentado ontem pelo senador Marco Maciel (PFL-PE).

Para o representante baiano, “ninguém melhor do que o senador Marco Maciel” para apresentar requerimento pelo falecimento do pensador italiano.

– Se nós tínhamos alguma dúvida, ou qualquer acadêmico, do ingresso justo na Academia Brasileira de Letras do senador, a erudição que demonstra em relação a Bobbio é a prova mais cabal de que ele chega com muita justiça na Casa de Machado de Assis – afirmou Antonio Carlos, acrescentando que “Bobbio é uma figura tida como de esquerda, mas seu pensamento é encontrado em diversos módulos e ideologias outras que não as da esquerda”.

Mão Santa espera que ensinamentos iluminem o PT

Ao homenagear em Plenário o filósofo italiano Norberto Bobbio, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu que o líder do PT, Tião Viana (AC), leve ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva o ensinamento do pensador referente ao que um povo deve exigir de um governante. “O mínimo que se tem que exigir de um governo é segurança”, disse Mão Santa.

O senador piauiense explicou que essa segurança deve proteger a vida, a liberdade e a propriedade. E pediu que esse ensinamento ilumine o governo do PT. Mão Santa louvou o filósofo italiano, dizendo que ele foi o continuador da grandeza da Itália renascentista. Ele afirmou que Bobbio viu cair os governos totalitários de Hitler e Mussolini, aprimorou sua teoria sobre o mundo democrático e foi um grande teórico da política.

Ao pedir que Tião Viana leve o ensinamento de Bobbio ao presidente da República, Mão Santa disse que o governo de Lula é um governo “que ajudamos a eleger, como ajudamos aqui e agora a caminhar à luz do saber e do entendimento de governar”.



SEGURANÇA Mão Santa diz que Bobbio foi um grande teórico da política

No mesmo discurso, o senador piauiense elogiou a eleição do senador Marco Maciel (PFL-PE) para a Academia Brasileira de Letras.

– Aprendemos com Aristóteles que o homem é um animal sociável, um animal político, que se comunica e vive na cidade – afirmou, destacando que Maciel, na ABL, vai se associar ao presidente do Senado, “representando tão bem o que há de melhor na política”.

Mesa se associa às homenagens ao filósofo

Na presidência dos trabalhos da Casa, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse ontem que a Mesa se associava às palavras do senador Marco Maciel (PFL-PE) na homenagem ao filósofo e senador vitalício italiano Norberto Bobbio. Ao se referir à grandeza política de Maciel, o senador por Tocantins disse que sua admiração cresce ao saber do seu conhecimento da obra de Norberto Bobbio.

Ao considerar justa a homenagem ao filósofo, Eduardo destacou que as palavras de Maciel simbolizam o pensamento dos integrantes do Senado a respeito de Bobbio.



ADMIRAÇÃO Eduardo Siqueira Campos destaca palavras de Maciel e elogia filósofo italiano



LUTO Maguito Vilela ressalta trabalho do jornalista Domiciano de Faria em Goiás

Maguito Vilela lamenta morte de jornalista

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) registrou ontem a morte do jornalista goiano Domiciano de Faria, conseguindo aprovar requerimento para o Senado inserir em ata voto de pesar e enviar mensagem de condolências à família. O senador Demostenes Torres (PFL-GO) associou-se à homenagem ao jornalista morto aos 69 anos, de parada cardíaca.

De acordo com Maguito Vilela, com essa morte Goiás perdeu um de seus mais importantes e respeitados intelectuais. Natural do município de Cavalcanti, situado a 520 quilômetros de Goiânia, Domiciano – no relato do parlamentar – foi um dos principais responsáveis pela construção e modernização da principal empresa de comunicação social de Goiás – a Organização Jayme Câmara.

– Foram 44 anos de trabalho na empresa, primeiro como repórter, depois como diretor-geral de jornalismo, quando Domiciano comandou profundas mudanças editoriais no jornal *O Popular*, o diário de maior tiragem em Goiás, e na Televisão Anhangüera, afiliada da Rede Globo no nosso estado.

De acordo com Maguito, Domiciano foi também o responsável pela implantação e o primeiro editor do jornal pioneiro do estado do Tocantins, o *Jornal do Tocantins*, também pertencente ao grupo Jayme Câmara.

– Sua morte representa uma perda enorme para a inteligência goiana, que sempre teve em Domiciano de Faria um exemplo de biografia pessoal e profissional.

Ao associar-se à homenagem, Demostenes Torres disse que o jornalista deixou uma brilhante página escrita na história do jornalismo do estado.

Tião Viana solidariza-se com Greenhalgh

Para Almeida Lima, nota de José Dirceu é fascista

O senador Almeida Lima (PDT-SE) defendeu o Ministério Público de acusações feitas pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. O parlamentar classificou de fascista a nota de desagravo ao deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), divulgada pelo ministro. No texto, José Dirceu se refere a afirmações de um presidiário contra o deputado, que teriam sido vazadas à imprensa, e declara que “o MP acusa de maneira deliberada pessoas públicas” e “repassa assuntos investigativos à imprensa”.

– É absurdo. Não se pode buscar desculpa para tolher a liberdade do Ministério Público. A nota do ministro não passa de uma peça de perfil fascista que ofende a democracia. Estamos em um estado democrático de direito, com poderes divididos, harmônicos. Minha preocupação é com a democracia – disse Almeida Lima, que se manifestou contra qualquer tentativa de se instituir a Lei da Mordada contra o MP.

O senador salientou que não se referia a Greenhalgh, e nem mesmo aos aspectos criminais do caso do assassinato do prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel. Para Almeida Lima, os atos judiciais, pela Constituição, devem ter publicidade, “sobretudo em um caso nebuloso como o assassinato de Celso Daniel”.

– O PT agora quer propugnar a Lei da Mordada, quando a Constituição já assegura ao ofendido fazer valer seus direitos – argumentou.



ALERTA “Não se pode buscar desculpa para tolher a liberdade do MP”, segundo Almeida Lima

Almeida Lima mencionou o filósofo italiano Norberto Bobbio, falecido em 9 de janeiro e homenageado ontem pelo Senado.

– Quando faleceu Bobbio, o presidente do PT, José Genoino, disse que a Humanidade perdeu um dos mais ilustres pensadores, que contribuiu efetivamente para uma nova visão da esquerda em relação à democracia. Essa não é a visão pretendida pelo superministro José Dirceu.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se disse contrário à Lei da Mordada, afirmando que seu partido não mudou de opinião sobre o assunto. Ele considerou que Almeida Lima “exagerou” em sua interpretação sobre a nota de José Dirceu.

Já o senador Demostenes Torres (PFL-GO) apoiou o discurso de Almeida Lima.

– José Dirceu é uma figura autoritária – afirmou Demostenes Torres.

■ Deputado do PT é acusado de participar de tortura de suspeito de assassinato do prefeito Celso Daniel

O líder do PT, senador Tião Viana (PT-AC), solidarizou-se com o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), somando-se ao ato de desagravo promovido pelo partido na sede paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A manifestação foi resposta à acusação, durante depoimento no Ministério Público de São Paulo, de que o deputado teria ajudado a torturar um dos suspeitos indiciados pelo assassinato de Celso Daniel, prefeito de Santo André (SP).

Reafirmando ser contrário à Lei da Mordada, que prevê punições a procuradores que divulguem informações sobre processos, Viana leu discurso feito por José Dirceu no ato de desagravo, em que classifica



APOIO Tião Viana leu trecho de discurso do chefe da Casa Civil em favor do parlamentar petista

como “coisa absurda” a acusação contra Greenhalgh e afirma existir “uma impunidade no Brasil para esse tipo de ação política”. No discurso, Dirceu sugeriu que a OAB e o Congresso analisem a situação. “Há uma violação persistente, permanente, dos direitos constitucionais de inúmeros cidadãos por setores do Ministério Público e da imprensa brasileira”,

assinhou o ministro.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO), que é procurador, ressaltou que o Ministério Público precisa ser preservado e os maus procuradores punidos. Ele lembrou que, em passado recente, o PT aliou-se ao “vedetismo” de alguns procuradores e utilizou informações que estavam sob sigilo para “macular muitas honras”.

– Essa mudança de opinião agora é porque está sendo investigado um membro do PT. Quem está acusando Greenhalgh não é o Ministério Público, mas um indiciado – disse.

Demostenes afirmou que Dirceu está sofrendo de “crise de mandonismo”, por sugerir que o Congresso analise a Lei da Mordada, já aprovada na Câmara e em tramitação no Senado. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que não acredita na acusação e que excessos precisam ser contidos. Ele pediu que se investigue a “atuação parcial” do procurador baiano Edson Abdon.

Biografia não permite acusação, diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ao Plenário ter encaminhado à direção nacional do Partido dos Trabalhadores e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ofício manifestando solidariedade ao deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). O deputado é acusado de maus-tratos a um dos detidos por suposto envolvimento no assassinato do prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel.

Suplicy afirmou que o deputado jamais admitiria que um prisioneiro fosse vítima de a-

gressão. Disse ainda que testemunhas lhe disseram que os detidos foram interrogados em situação normal. Inclusive comida teria sido fornecida a eles.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que o presidente da OAB, Rubens Approbato, ironizou a acusação e disse que o detido reclamou, na verdade, do sanduíche que Greenhalgh mandou buscar para os interrogados. Demostenes Torres (PFL-GO) ressaltou que a biografia de Greenhalgh é garantia de que ele jamais cometeria a agressão.



MANIFESTAÇÃO Suplicy enviou ao PT e à OAB correspondência em favor de Greenhalgh



AJUDA Marcelo Crivella reúne-se com brasileiros presos nos Estados Unidos por tentarem entrar ilegalmente no país

Crivella relata agonia de imigrantes

Após visitar no início do mês quatro centros de detenção de imigrantes ilegais no sul dos Estados Unidos, fronteira com o México, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) assegurou que o tratamento dispensado aos brasileiros que estão presos é “humilhante”. Conforme autoridades norte-americanas, há aproximadamente 900 brasileiros detidos – número que varia bastante, pois entre 40 e 50 imigrantes conseguem ser repatriados por semana.

Crivella afirmou que as prin-

cipais reclamações dos brasileiros são a impossibilidade de fazer ligações a cobrar para o Brasil; a péssima qualidade da comida; o fato de serem alagados até para ir ao banheiro; a obrigação de dividir a cela com criminosos comuns; a demora na repatriação, mesmo depois da leitura da sentença pela Justiça americana; e a completa falta de assistência jurídica.

O senador, sempre acompanhado de representantes do consulado brasileiro na região,

visitou os centros de Florence, no Arizona, de San Antonio, de Laredo e de Dallas, estes três no estado do Texas.

Grças à intervenção de parlamentares brasileiros, alguns casos de imigrantes do Brasil em condições críticas de saúde e incomunicabilidade foram resolvidos.

Conforme o governo norte-americano, relatou Crivella, uma média de 50 brasileiros são flagrados semanalmente tentando entrar ilegalmente nos Estados Unidos.



José Cruz

Mozarildo elogia incentivo a negros e indígenas

Em discurso no Plenário, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) elogiou a adoção, pelo Ministério da Educação, dos Projetos Inovadores de Cursos (PIC), inseridos no programa Diversidade na Universidade. O objetivo é facilitar a indígenas e afro-descendentes o acesso ao ensino superior, oferecendo curso pré-vestibular para jovens desses grupos étnicos.

– Fala-se muito no sistema de cotas, que, por sinal, já começou a ser implementado em algumas universidades. Não obstante, pen-

so que a filosofia adotada nos Projetos Inovadores de Cursos é muito mais vantajosa. Afinal os indígenas e os afro-descendentes não querem privilégios. Querem, tão somente, igualdade de oportunidades, e é isso que propicia o modelo adotado – afirmou.

Mozarildo lembrou que, “embora 45% da população do Brasil se declarem negra ou mulata, apenas 2% dos universitários são negros ou mulatos”. A situação, disse o senador, é um reflexo do que ocorre no ensino básico, uma vez que 7%

das crianças negras estão fora da escola, contra menos de 3% das brancas. A seu ver, a situação dos índios é igualmente dramática. A média de anos que um índio passa na escola é de 4,1, número que cresce para 6,6 no caso da população branca.

O senador disse esperar que o programa, já implantado em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, seja expandido às demais unidades da Federação. Ele ressaltou que há também no país desigualdades regionais.

EFICÁCIA Para Mozarildo, programa do MEC é melhor que cota de vagas



Roosevelt Pinheiro

CONTRIBUIÇÃO Pavan lembra a importância da hotelaria para o crescimento brasileiro

Leonel Pavan ressalta papel dos hoteleiros

Ao homenagear os profissionais de hotelaria do país, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que a categoria é responsável pela geração de grande quantidade de empregos no Brasil. O hoteleiro é o elemento essencial para o desenvolvimento de todo o complexo que compreende as atividades turísticas, disse.

– Cumprimento e parabênizos todos os hoteleiros do Brasil, desde os mais humildes, com suas pousadas e acomodações modestas, até aqueles que dispõem de equipamentos modernos e sofisticados – destacou.

Pavan lembrou que, além da hospedagem, a hotelaria envolve ainda alimentação, telecomunicações, aluguel de veículos, móveis, imóveis, energia, *marketing*, administração e manutenção, entre outros setores, criando grande número de empregos em relação ao capital investido. Segundo ele, as atividades turísticas empregam 4,8 milhões de pessoas, das quais 206 mil especificamente em hotelaria e alojamento.

– O hoteleiro é merecedor de nossa mais legítima homenagem, por seu empreendedorismo, por sua determinação em se manter num ramo de negócio que muitas vezes era considerado pouco rentável e até mesmo secundário na visão de analistas imediatistas – declarou.

Leonel Pavan também disse ser um entusiasta do turismo, em virtude de sua contribuição para a economia. “O setor tem grande potencial de desenvolvimento por seu grande poder de gerar renda, postos de trabalho, riquezas e contribuir para o desenvolvimento cultural e a paz entre os povos”, declarou o senador.

Mercadante defende medidas em favor dos portadores de deficiência

Senador sugere que a sociedade seja esclarecida sobre as políticas para os deficientes

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), condenou o tratamento desigual que é dado, no país, às pessoas portadoras de deficiência. Ele sugeriu que sejam desenvolvidas ações para esclarecer aos brasileiros as políticas públicas existentes e que precisam ser colocadas em prática para atender às necessidades dos deficientes, permitindo-lhes o pleno exercício da



Márcio Kolome

APLAUSO Aloizio Mercadante destaca cartilha inspirada em matéria do *Jornal do Senado*

cidadania.

O senador pediu a inserção, nos Anais do Senado, do texto

de cartilha sobre os direitos dos portadores de deficiência no Brasil e a necessidade de inclusão dessas pessoas na sociedade, para que possam desenvolver suas habilidades e talentos. Também solicitou a transcrição da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975.

Segundo Aloizio Mercadante, a cartilha foi inspirada em matéria do *Jornal do Senado* de outubro de 2003, intitulada “Igualdade e cidadania aos portadores de deficiência”.

A cartilha é dividida em capítulos, apontando a legislação vigente e as políticas públicas em diversas áreas, como servi-

ços de saúde, direito à educação, acesso à cultura e ao esporte. O documento aborda ainda a inserção no mercado de trabalho, habilitação para isenções fiscais, assistência e integração social.

São ainda definidos na publicação, conforme o parlamentar, os crimes contra os direitos de pessoas com deficiência, como impedir matrícula de alunos especiais, negar trabalho ou recusar internação. As medidas, de acordo com o texto, são importantes para evitar a discriminação. Para isso, a cartilha estimula ainda que sejam feitas denúncias em caso de violação de direitos de pessoas portadoras de deficiência.

Augusto cobra políticas que garantam a inserção no mercado de trabalho

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu, em discurso no Plenário, a implementação de políticas públicas que sejam capazes de incluir os deficientes físicos no mercado de trabalho, “de maneira igualitária e na medida de suas desigualdades”.

O parlamentar frisou que “deficiência não é sinal de falta de eficiência, como se costuma proparar”. Segundo ele, os portadores de deficiência “já se mostraram capazes de atuar no mercado com bastante eficiência”.

– É preciso que se proporcio-

ne às pessoas portadoras de deficiência a chance de promoverem seu próprio sustento, bem como o orgulho de participarem da construção da sociedade como um todo. A preocupação com a inclusão dessas pessoas especiais no mercado de trabalho se justifica, inclusive, em razão da consequente diminuição da necessidade de manutenção, pelo Estado, de benefícios assistencialistas e desafogamento da Previdência Social.

Conforme Augusto, se todas as 31,9 mil empresas com mais de cem empregados cumpris-

sem a reserva legal de postos de trabalho para os portadores de deficiência, isso geraria emprego para apenas 3,7% dos 15,14 milhões de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência, mas com idade adequada e em condições para o mercado de trabalho.

– Nesse quadrante da história, não podemos mais conviver com práticas discriminatórias em relação às pessoas portadoras de deficiência – afirmou o parlamentar.

Ele parabenizou o senador Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão Temporária



Roosevelt Pinheiro

REAÇÃO Augusto Botelho diz que é preciso acabar com as práticas discriminatórias

de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, “pelo brilhante trabalho realizado com o objetivo de melhorar a vida dessas pessoas, sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho.”